

HISTÓRIAS DA POLÍTICA AUTORITÁRIA

**INTEGRALISMOS,
NACIONAL-SINDICALISMO,
NAZISMO E FASCISMOS**

**DISTRIBUIÇÃO
PROIBIDA**



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

**Conselho Editorial da Série
Mundo Contemporâneo**

Editor

Leandro Pereira Gonçalves
Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul, Brasil

Carlos Alberto Sampaio Barbosa
Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho/Assis, Brasil

Charles Monteiro
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul, Brasil

Daniel Aarão Reis Filho
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Edgard Vidal
Centre de recherche sur les arts et le langage, Ecole
des hautes études en sciences sociales, França

Ernesto Bohoslavsky
Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina

Francisco Carlos Teixeira da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro / Escola de
Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil

Luís Alberto Marques Alves
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Chanceler

Dom Jaime Spengler

Reitor

Joaquim Clotet

Vice-Reitor

Evilázio Teixeira

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Jorge Luis Nicolas Audy

Diretor da EDIPUCRS

Gilberto Keller de Andrade

Editor-Chefe

Jorge Campos da Costa

Augusto Buchweitz

Carlos Gerbase

Carlos Graeff Teixeira

Gleny Terezinha Guimarães

Lauro Kopper Filho

Leandro Pereira Gonçalves

Luiz Eduardo Ourique

Luis Humberto de Mello Villwock

Vera Wannmacher Pereira

Série

4

Mundo
Contemporâneo

— 2.^a —
EDIÇÃO

**GISELDA BRITO SILVA
LEANDRO PEREIRA GONÇALVES
MAURÍCIO PARADA
ORGANIZADORES**

HISTÓRIAS DA POLÍTICA AUTORITÁRIA

**INTEGRALISMOS,
NACIONAL-SINDICALISMO,
NAZISMO E FASCISMOS**


edipucrs

PORTO ALEGRE
2016

**DISTRIBUIÇÃO
PROIBIDA**

© EDIPUCRS 2016

CAPA Thiara Speth

PROJETO GRÁFICO Thiara Speth

DIAGRAMAÇÃO Edissa Waldow

REVISÃO DE TEXTO Patrícia Aragão

REVISÃO DE TEXTO EM ESPANHOL Autor

REVISÃO DE TEXTO EM FRANCÊS Guillaume Pierre Leturcq

IMPRESSÃO E ACABAMENTO Gráfica Epecê

Imagens fornecidas pelos autores.

A primeira edição foi publicada pela Editora da UFRPE em 2010 (ISBN 85-7946-0197).

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33

Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900

Porto Alegre – RS – Brasil

Fone/fax: (51) 3320 3711

E-mail: edipucrs@pucrs.br

Síte: www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-
-sindicalismo, nazismo e fascismos / organizadores Giselda Brito
Silva, Leandro Pereira Gonçalves, Maurício Parada. – 2. ed. –
Porto Alegre : EDIPUCRS, 2016.
641 p. - (Série Mundo Contemporâneo ; 4)

ISBN 978-85-397-0878-9

1. Fascismo. 2. Integralismo. 3. Nazismo. 4. Brasil –
Política e governo. 5. Portugal – Política e governo. I. Silva,
Giselda Brito. II. Gonçalves, Leandro Pereira. III. Parada,
Maurício. IV. Série.

CDD 23 ed. 320.533

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

**DISTRIBUIÇÃO
PROIBIDA**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
René E. Gertz	
PREFÁCIO	15
João Fabio Bertonha	

PARTE I

NAZISMO, FASCISMO, NACIONAL-SINDICALISMO, SALAZARISMO E INTEGRALISMO LUSITANO

1. NAZISMO DO OIAPOQUE AO CHUÍ: A DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS NAZISTAS NO BRASIL DOS ANOS 30	21
Ana Maria Dietrich	
2. PERSEGUIÇÃO, TRABALHO FORÇADO E EXTERMÍNIO DE CIGANOS DURANTE O NAZISMO, 1938-1945	41
Ania Cavalcante	
3. “CAOS E ORDEM”: ROLÃO PRETO, SALAZAR E O APELO CARISMÁTICO NO PORTUGAL AUTORITÁRIO	59
António Costa Pinto	

4. RÉGIMES POLITIQUES ET DÉVELOPPEMENT ENTRE LES DEUX GUERRES: LES LIMITES DE LA SÉDUCTION EXERCÉE PAR LES MODÈLES FASCISTE ET NAZI (1920-1945).....	83
Didier Musiedlak	
5. NEOFASCISMO, UMA ABORDAGEM HISTÓRICA.....	105
Fábio Chang de Almeida	
6. O SEGUNDO INTEGRALISMO LUSITANO E O SALAZARISMO: ORIGENS, DECADÊNCIA E QUEDA	137
Fernando Martins	
7. “POR DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: INTEGRALISMO, GERMANISMO E NACIONAL-SOCIALISMO NO <i>ALMANAQUE DER HEIMATBOTE</i> (1935;1937-1938).....	177
Imgart Grützmann	
8. CORPORATIVISMO, NACIONALSINDICALISMO Y DEMOCRACIA EN EL PENSAMIENTO POLÍTICO DEL NACIONALISMO DE DERECHAS, ARGENTINA (1943-1966)	217
Juan Manuel Padrón	
9. A PROPAGANDA NAZISTA EM PERNAMBUCO.....	247
Philonila Maria Nogueira Cordeiro	

PARTE II
INTEGRALISMO E ESTADO NOVO NO BRASIL

- 10. NA POLÍTICA E NA FÉ – ANAUÊ:
O MOVIMENTO DE RESTAURAÇÃO CATÓLICA
ENTRE OS INTELLECTUAIS DA FACULDADE
DE DIREITO DO RECIFE (1930-1937)279**
Carlos André Silva de Moura
- 11. REVISÃO EDITORA E O INTEGRALISMO:
ANTISSEMITISMO COMO ESTRATÉGIA
DE DISCURSO303**
Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus
- 12. A LEGIÃO CEARENSE DO TRABALHO
E A CLASSE TRABALHADORA CEARENSE
DE 1930335**
Emilia Carnevali da Silva
- 13. ARQUIVOS POLICIAIS E POLÍTICA AUTORITÁRIA:
A FUNÇÃO POLÍTICA DOS ARQUIVOS POLICIAIS
NA REPRESSÃO AOS INTEGRALISTAS359**
Giselda Brito Silva
- 14. OS INTEGRALISTAS NO RIO DE JANEIRO:
ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO NO ESTADO NOVO385**
Gustavo Felipe Miranda
- 15. MEMÓRIAS DA SEGUNDA GUERRA
POR UM PRACINHA 409**
Karl Schurster

- 16. LITERATURA E AUTORITARISMO:
A BUSCA DA AUTENTICIDADE NACIONAL
NOS ROMANCES DE PLÍNIO SALGADO 425**
Leandro Pereira Gonçalves
- 17. O PENSAMENTO INTEGRALISTA
NOS SÉCULOS XX E XXI: DO SIGMA AO SIGMA467**
Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro
- 18. TEMPO DE EXÍLIO: PLÍNIO SALGADO,
RELIGIÃO E POLÍTICA 511**
Maurício Parada
- 19. OS “BATINAS-VERDES” DA PROVÍNCIA
INTEGRALISTA FLUMINENSE (1933-1937).....525**
Pedro Ernesto Fagundes
- 20. APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA
DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA
EM SÃO PAULO (1932-1938)545**
Renato Alencar Dotta
- 21. BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A HISTORIOGRAFIA
DO INTEGRALISMO NO PÓS-GUERRA
E O CINQUENTENÁRIO DE PUBLICAÇÃO
DA *ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO*573**
Rodrigo Christofoletti
- 22. O CRIME NA BARBEARIA: UM EX-INTEGRALISTA
NO TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL 611**
Silvia Regina Ackermann

6

O SEGUNDO INTEGRALISMO LUSITANO E O SALAZARISMO: ORIGENS, DECADÊNCIA E QUEDA

FERNANDO MARTINS¹

A primeira geração do Integralismo Lusitano: formação e consolidação

O Integralismo Lusitano nasceu em 1913 pela mão de uns poucos monárquicos portugueses com afinidades miguelistas que viviam exilados na Bélgica após a revolução republicana de 1910 e as incursões monárquicas de 1911 e 1912. O seu aparecimento coincidiu com a edição do primeiro número da revista *Alma Portuguesa* (“ór-

¹ Professor da Universidade de Évora e Membro Integrado do CIDEHUS-UÉ (UID/HIS/0057/2013).

ção do ‘Integralismo Lusitano’”)² publicado na cidade de Lovaina.³ Embora na sua etapa belga o Integralismo Lusitano afirmasse, nas palavras de Almeida Braga, “pugnar pela ‘regeneração’ artística do país”, posteriormente, enquanto movimento político e ideológico, o Integralismo Lusitano passou a possuir uma matriz política e social de cunho monárquico tradicionalista, orgânico e antiparlamentar, apesar de até ao Outono de 1919 o núcleo duro do Integralismo ter reconhecido e aceitado a autoridade de D. Manuel II, o último monarca constitucional português.

Independentemente da sua especificidade, desde a fundação em 1913 até à extinção em 1933, o Integralismo Lusitano deve ser visto como um entre outros sintomas da crise e da transformação do sistema político

² “Não obstante a expressão ‘Integralismo Lusitano’ figurar desde logo na portada, junto ao sumário era explicado que apenas num dos próximos números se publicaria [...] o artigo ‘Integralismo Lusitano’ da autoria de Luís de Almeida Braga” (QUINTAS, s.d., p. 92). Segundo Hipólito Raposo, a *Alma Portuguesa* nascera sobretudo da pretensão de combater uma revista “racionalista e antinacional, *A Águia*, publicada no Porto desde Dezembro de 1910 (QUINTAS, s.d., p. 104-105). Sentimento igual partilhava Luís Almeida Braga (QUINTAS, s.d., p. 126).

³ Sobre o ambiente cultural e político-ideológico do exílio belga, que alguns jovens monárquicos portugueses encontraram e assimilaram, e a sua relação com as origens do Integralismo Lusitano, QUINTAS (s.d., p. 88-89). Além de terem recebido a influência ali exercida pela *Action française* de Charles Maurras, foram doutrinados, nos estudos que, entretanto, reataram, pelo pensamento de vários exilados religiosos e leigos franceses e portugueses.

liberal europeu⁴ que, no caso português,⁵ assumiu aspetos peculiares após a implantação da República em 5 de Outubro de 1910.⁶ No entanto, e ao contrário do sucedido, por exemplo, em França e em Espanha com movimentos político-ideológicos de matriz análoga, como a *Action française*⁷ e a *Sociedad Cultural de Acción Española* (RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, 1997, p. 118-133) o Integralismo Lusitano teve características únicas dado o seu nascimento no exílio num contexto de violento confronto entre diversas famílias políticas e ideológicas muito radicalizadas.⁸ Viria a consolidar-se já em Portugal, entre 1914 e 1918, numa conjuntura de

⁴ Sobre a crise europeia da democracia liberal, cujos primeiros sintomas se manifestam no último quartel do século XIX MAZOWER, (1999, p. 1-31). Para as décadas de 1880 a 1910, ver ainda STONE (s.d., passim). Um panorama sobre a emergência em vários países europeus, ainda antes da Grande Guerra, de uma concepção orgânica do povo, da nação e do Estado e do modo como essa concepção contribuiu para o advento dos autoritarismos e do fascismo no período entre as duas guerras MANN (2004, p. 31-91). No entanto, a política portuguesa, mesmo no pós-Guerra, caracterizou-se por nunca ter sido um fenómeno de massas, facto que a distinguiu da generalidade dos seus congéneres europeus. Em RAMOS, (1994, p. 125 e ss.) explicam-se as profundas mudanças que a atividade política em Portugal conheceu entre 1890 e 1926, assinalando-se também os seus limites no que ao fenómeno da massificação da política diz respeito.

⁵ A melhor síntese sobre a crise final das instituições liberais portuguesas, antes de ter tido lugar a revolução republicana de 1910, é RAMOS (2001).

⁶ Muito embora a I República portuguesa (1910-1926) tenha sido classificada como a derradeira experiência liberal e democrática antes da emergência da Ditadura Militar (1926-1933) e do Estado Novo (1933-1974), a verdade é que, do ponto de vista historiográfico e da ciência política, a aplicação daqueles dois conceitos para definir I República tem sido recorrentemente questionada. Veja-se, sobretudo, VALENTE (1992) e RAMOS (2004).

⁷ O Comité *d'Action française* foi fundado em Abril de 1898 por Maurice Pujo e Henri Vaugois. Foi criado, nas palavras dos fundadores, para defender a França republicana enfraquecida pelos “revisionistas” que, a propósito do caso Dreyfus, pretendiam minar a autoridade do Exército. A *Action française*, ao contrário do Integralismo Lusitano, não era monárquica, embora o seu membro mais, notável, Charles Maurras, se tenha tornado monárquico (WINOCK, 1994, p. 125-126).

⁸ O Integralismo Lusitano foi ainda, além de um movimento de “renovação intelectual”, uma tentativa de redefinir e alterar o “estatuto das classes educadas” e das “classes médias” (RAMOS, 1994, p. 544).

ainda maior conflitualidade político-ideológica e de uma crise económica e social generalizada e agravada pela Grande Guerra.⁹

Foi a 8 de Abril de 1914,¹⁰ em Coimbra, com a publicação do primeiro número da primeira série da revista *Nação Portuguesa*, que o Integralismo Lusitano se constituiu formalmente e se apresentou aos meios políticos e intelectuais portugueses¹¹ (FERREIRA, 1991, p. 111). No início de 1915, na sequência do “movimento das espadas” que, com a cumplicidade do presidente Manuel de Arriaga, colocou o general monárquico Pimenta de Castro na chefia de um governo, dando assim início, de facto, ao primeiro interregno (25 de Janeiro a 14 de Maio)¹² na história da hegemonia política no Partido Democrático na I República, os integralistas aproveitaram a oportunidade para se notabilizarem. Conseguiram-no modestamente ao realizarem “uma série de conferências [...] em Lisboa, na Liga Naval [...]” em que se discutiu a chamada “Questão Ibérica”.¹³ As conferências foram

⁹ No exílio espanhol, sobretudo entre as incursões monárquicas de Outubro de 1911 e Julho de 1912, os conspiradores portugueses contactaram, naquilo que ao ideário tradicionalista respeita, com os “ecos da renovação doutrinária do carlismo ocorrida na última década do século XIX” (QUINTAS, s.d., p. 84-88).

¹⁰ A amnistia decretada por Bernardino Machado, que pôs fim ao exílio monárquico, a par da invasão alemã da Bélgica, no Verão de 1914, contribuíram para que se deixasse de publicar a *Alma Portuguesa*, ao mesmo tempo que se criaram as condições propícias para o lançamento da *Nação Portuguesa*. (QUINTAS, s.d., p. 53).

¹¹ No primeiro número da *Nação Portuguesa* “foi inserido o programa ‘O que nós queremos’, embrião da doutrina integralista [...]” (FERREIRA, 1991, p. 45). A 1.ª série tinha como subtítulo *Revista de Filosofia Política* e foi dirigida por Alberto Monsaraz. As séries subsequentes subintitulavam-se *Revista de Cultura Nacionalista*. A 2.ª (1922-24) e a 3.ª série (1924-26) foram dirigidas por Sardinha até à sua morte (Janeiro de 1925). Manuel Múrias sucedeu a Sardinha e dirigiu a revista até à sua extinção, já na 4.ª série, em 1928 (CRUZ, 1986b, p. 16).

¹² Sobre as peripécias que conduziram ao êxito e à decadência e queda do “movimento das espadas” e do “regime” exceção por ele inaugurado WHEELER (s.d., p. 133-142) e RAMOS (1994, p. 503-510).

¹³ O programa das conferências encontra-se em FERREIRA (1991, p. 54). “[...] subordinadas ao título genérico de *A Questão Ibérica*, ficaram [...] célebres [...] pela doutrina

iniciadas com algum aparato e certa expectativa, pelo facto do Governo de Pimenta de Castro ter concedido aos monárquicos uma margem de liberdade de ação que os anteriores ministérios republicanos não tinham permitido, mas ainda pela circunstância das conferências da Liga Naval pretenderem explicitamente retomar a fórmula político-cultural usada com êxito pela geração de 1870 aquando da realização das “conferências do casino”¹⁴ e que produzira então assinaláveis resultados no campo político e das ideias.

Apesar de apenas parte das conferências previstas terem sido apresentadas, uma consequência do regresso do Partido Democrático à governação, tornar-se-iam num mito fundador e identitário do Integralismo. Independentemente de a mensagem do movimento ter sido pouco escutada e ainda menos assimilada, as conferências tiveram o condão, pela forma como seriam interrompidas após o regresso dos “democrá-

e pelas afirmações de algumas delas, como também por constituírem, no seu conjunto, o desenvolvimento das ideias fundamentais do integralismo lusitano. Tratava-se não somente de um ataque implacável à República Portuguesa, mas igualmente da condenação de simpatias [...] de certos governantes monárquicos da época do liberalismo e de alguns chefes republicanos do tempo da propaganda por determinadas formas de entendimento com Espanha [...]” (FERREIRA, 1981, p. 335, itálico no original). As conferências seriam publicadas em livro e neste, segundo Braga da Cruz, era evidente o “facto de terem como intenção política de fundo a afirmação nacionalista sob pretexto de resposta às ameaças anexionistas da vizinha Espanha” (CRUZ, 1986b, p. 17). Ver ainda DESVIGNES (2006, p. 177-178).

¹⁴ “Em Maio-Junho de 1871, pela mesma altura em que a tumultuosa sessão legislativa chegava ao seu termo, a opinião pública mais atenta às coisas da cultura andava entretida com uma série de palestras [as ‘Conferências Democráticas’] que semanalmente se realizavam no Casino Lisbonense” localizado no Chiado em Lisboa. Pela polémica que causaram, as conferências foram proibidas e o casino encerrado por ordem do presidente do ministério, o duque de Ávila, um liberal de credenciais tidas por inquestionáveis, mas que temia que as conferências, realizadas no rescaldo da Comuna de Paris, fossem o rastilho de uma revolução. As “conferências do casino”, como a “questão coimbrã” de 1865-66, definiram estética e politicamente a chamada “geração de 1870” de que fizeram parte figuras como Antero de Quental, Eça de Queirós ou Oliveira Martins, mais tarde conhecidos pelos “vencidos da vida”. A medida teve como mérito tornar imediatamente famosos e mártires os jovens da “geração de 70” (SARDICA, 2005, p. 468-475). Ver ainda MÓNICA (2001, p. 1013-1030).

ticos” ao poder, de darem uma maior parecência aos acontecimentos e circunstâncias de 1871 no Casino Lisbonense e de 1915 na Liga Naval.¹⁵

Em 1916, com a entrada de Portugal na Grande Guerra (desde 1914 os exércitos portugueses combatiam em África sem que tivesse havido uma declaração de guerra formal de Portugal à Alemanha e/ou da Alemanha a Portugal) e o agravar da crise interna da República, o Integralismo Lusitano transformou-se em organização política. Constituiu-se uma Junta Central e tentou-se a sua implantação dentro e fora de Lisboa. Ou seja, o Integralismo Lusitano deixou de ser um simples movimento de ideias políticas praticando um proselitismo combativo e relativamente eficaz que nunca abandonou, para se transformar, também, numa organização política, ou “proto-partido”, que ambicionava agir e intervir junto do poder formalmente constituído ou a constituir-se.¹⁶

Em 1916 e 1917, o Integralismo Lusitano conspirou contra a República. Fê-lo apesar de D. Manuel II (a quem os integralistas deviam obediência) ter apelado à solidariedade e à colaboração de todos os monárquicos com o regime e o país na delicada conjuntura de guerra. Foi por isso natural que os integralistas, como a generalidade dos monárquicos e várias sensibilidades republicanas, apoiassem o pronunciamento de 5 de Dezembro de 1917 que levou o major Sidónio Pais ao poder e, mais tarde, à presidência da República e à criação da República Nova, uma consequência da aprovação de um novo texto constitucional que incluiu algumas propostas feitas por integralistas. A República Nova deu aos integralistas a liberdade de ação

¹⁵ A 14 de Maio de 1915 as conferências foram interrompidas de forma “violenta” por “grupos armados que, aos gritos de ‘Viva a República’ e ‘Viva a Liberdade’, assaltaram” as instalações da Liga (FERREIRA, 1991, p. 54).

¹⁶ O nascimento da Junta Central significou a criação pelos integralistas de um “organismo autónomo da Causa Monárquica. [...] Foi então publicado o primeiro manifesto político assinado pela Junta Central e, em Novembro desse ano, o movimento dotava-se de estatutos próprios” (CRUZ, 1986b, p. 17).

e a visibilidade política que reivindicavam e com que sonhavam desde 1914. As circunstâncias favoráveis permitiram a criação de um jornal diário integralista, *A Monarquia*, a que se seguiu o nascimento de vários jornais integralistas na “província”. A sua colaboração com a nova situação política permitiu que alguns integralistas fizessem parte do Governo e se tornassem membros das duas Câmaras do novo Parlamento. No entanto, vale a pena recordar que parte daqueles integralistas nunca pertenceu ao núcleo fundador do movimento ou à sua Junta Central, tanto antes como depois da queda da República Nova (CRUZ, 1986b, p. 20-21). Apesar da colaboração e do apoio dados, sublinhe-se que a adesão da Junta Central à República Nova não foi incondicional nem sincera, facto que o próprio João do Amaral reconheceu numa frase em que afirmou: “pois então vamos a isso [à restauração da Monarquia] e abandonemos a indecorosa mentira de dizer ao governo que o apoiamos!”¹⁷

Assassinado Sidónio Pais a 14 de Dezembro de 1918 e liquidada a República Nova, os Integralistas participaram em duas tentativas de restauração da Monarquia: a revolta do Monsanto em Lisboa¹⁸ e a Monarquia do Norte.¹⁹ O fracasso da República Nova e das duas revoltas monárquicas tiveram profundas consequências na história do Integralismo Lusitano e de toda a oposição de direita – monárquica ou não, nacionalista ou

¹⁷ “Carta de João do Amaral para António Sardinha”, 9 de Março de 1918 (documento 4). Envelope 90. Espólio de António Sardinha. Correspondência. Universidade Católica Portuguesa – Biblioteca Universitária João Paulo II (UCP-BUJPII). Lisboa. Sobre as intrigas e conspirações integralistas ocorridas durante a presidência de Sidónio Pais (Ferrão, s.d., 2.º vol., p. 60-97). Como testemunho do afastamento dos integralistas e de outros monárquicos em relação a Sidónio Pais veja-se “Carta de João do Amaral para António Sardinha”, s.d. (documento 4). Envelope 90. Espólio de António Sardinha. Loc. cit.

¹⁸ De 22 a 24 de Janeiro de 1919.

¹⁹ De 19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919.

liberal – à I República.²⁰ Para o Integralismo Lusitano, os resultados imediatos destes acontecimentos materializaram-se na suspensão de *A Monarquia* e na detenção ou exílio de algumas das suas figuras mais importantes. A prazo, porém, o duplo fracasso da revolta de Monsanto e da Monarquia do Norte equivaleu à constatação daquilo que era a mais absoluta impossibilidade de restauração da Monarquia – tradicional ou constitucional – por via insurrecional. Mas os acontecimentos do início de 1919 foram ainda importantes para o Integralismo Lusitano pelo facto de terem produzido uma rotura definitiva entre a Junta Central e D. Manuel II e os seus seguidores.

Se, no início de 1912, os futuros integralistas tinham proclamado a sua fidelidade ao rei exilado em Inglaterra, o que não lhes foi penoso na sequência da celebração, a 30 de Janeiro daquele ano, do Pacto de Dover, que unia, na luta contra a República, as duas famílias (Constitucional e Legitimista) da Monarquia portuguesa,²¹ sete anos mais tarde os mesmos integralistas romperam politicamente com D. Manuel II. Fizeram-no por considerarem que o rei não só não tinha dado o seu apoio à intentona restauracionista da Monarquia do Norte (e em relação à qual, como à revolta de Monsanto, alguns dos notáveis integralistas, como Hipólito Raposo, António Sardinha, Alberto de Monsaraz e Pequito Rebelo, sustentaram uma posição que mereceu interpretações contraditórias),²²

²⁰ Nomeadamente, ao ter-se começado a perceber que apenas uma amplíssima coligação política e uma generosa base de apoio social poderiam derrotar a República do Partido Democrático (herdeiro do velho Partido Republicano Português).

²¹ Sobre o Pacto de Dóver e as circunstâncias da sua celebração: PERES (1954, p. 16-17) e PROENÇA (2006, p. 135-143).

²² Uma breve descrição do papel desempenhado pelos chefes do Integralismo, e nomeadamente por António Sardinha, na preparação do levantamento civil e militar que levou à Monarquia do Norte, chamando a atenção para a contradição flagrante entre aquilo que aconteceu e aquilo que os referidos dirigentes disseram que aconteceu, foi motivo de notícia de primeira página na imprensa monárquica afeta a D. Manuel II.

mas ainda pelo facto do monarca exilado insistir em pretender manter, no caso de restauração do trono, a fidelidade ao juramento da Carta Constitucional que fizera a 1 de Fevereiro de 1908, aquando da sua proclamação, e que dias depois confirmara perante as Cortes Gerais. Estava assim aberta uma nova etapa na vida do Integralismo Lusitano.

Crises, impasses e derrotas

As derrotas do restauracionismo monárquico em 1919 demonstraram ser inviável um regresso à Monarquia sem uma profunda alteração dos condicionalismos políticos. Porém, não fizeram com que a liderança integralista, ainda em 1919, perdesse ânimo, iniciativa e reforçasse a sua crença nas virtudes do sectarismo. Por isso, foi levada a cabo em Inglaterra, por José Pequito Rebelo e Luís de Almeida Braga, uma diligência junto de D. Manuel II que tinha como objetivo impor ao monarca exilado um conjunto de exigências que para este eram totalmente inaceitáveis porque se aceites equivaleriam à sua rendição ao programa político e à doutrina do Integralismo Lusitano que, no campo monárquico maioritariamente liberal, era muito pouco representativo. De qualquer modo, a manobra não passou de um pretexto para garantir a legitimidade que permitiria consumir a rotura política total com uma personagem que a Junta Central sempre tivera dificuldade em aceitar como rei de uma Monarquia exilada ou restaurada²³ (PROENÇA, 2006, p. 184-186 e PERES, 1954, p. 230-232).

Correio da Manhã, 25 de Janeiro de 1922, p. 1. Ver ainda notícia na mesma página na edição do dia 26 de Janeiro do *Correio da Manhã*.

²³ Sublinhe-se que uma das razões que impedira a aceitação por D. Manuel das propostas que a Junta Central do Integralismo Lusitano lhe levava a Londres, foi a percepção por parte daquele de que a dita Junta assumira uma “dinâmica de tipo partidário” (LOPES, 1995, p. 160, nota 78).

Paralelamente, desenvolveu-se em Lisboa uma outra iniciativa cujo objetivo era transformar o Integralismo Lusitano num movimento com a expressão numérica (ou “social”) que nunca tivera, mas que alguns dos seus membros passaram a considerar possível e desejável. Para poder ser posta em prática, beneficiou daquilo que foi um primeiro aligeirar das medidas governamentais que, desde o início de 1919, haviam limitado o exercício de direitos políticos por parte daqueles que teriam estado envolvidos na revolta do Monsanto e na Monarquia do Norte.²⁴ Esta estratégia contou com o apoio de Hipólito Raposo e de outros integralistas que então permaneciam em Portugal, mas suscitou críticas por parte de membros da Junta Central exilados, a começar por Sardinha que se tornara defensor de uma aposta na doutrinação que passava, mais do que simbolicamente, pelo encerramento de *A Monarquia* e o relançamento da *Nação Portuguesa*.²⁵

Após a rotura com D. Manuel II, consumada a 2 de Setembro e tornada pública a 20 de Outubro de 1919, a Junta Central encetou uma aproximação

²⁴ Ainda assim não era fácil a vida dos integralistas. Segundo *A Monarquia*, continuava a ser dispensada “à casa de impressão deste jornal a honra diária de um cerco de polícia. As coisas passam-se com essa franqueza e simplicidade: às 4 horas a casa da máquina é rodeada pelos agentes do governo, os vendedores são detidos à porta na rua e *A Monarquia* não circula, enquanto um dos guardas não regressa àquele local. Depois de ter levado à leitura do Governo Civil um dos exemplares de cada edição. Estes factos repetem-se há uma semana e só hoje, a despeito das nossas insistentes reclamações, o governo manda publicar nos outros jornais, que não o nosso [...]” uma “nota oficiosa.” *A Monarquia*, 13 de Setembro de 1919, p. 1. No dia 1 de Outubro de 1919, *A Monarquia* voltava a queixar-se da aplicação do regime diário de censura prévia. Na 1.ª página dava-se notícia da solidariedade do *Mundo* para com *A Monarquia*, ao manifestar-se aquele contra a sujeição à “censura”. Na edição do dia 13 de Setembro de 1920 foi publicitada a solidariedade do jornal *A República*. Finalmente, a 20 de Novembro do mesmo ano, *A Monarquia* noticiava na 1.ª página: “A todos os nossos colegas que publicaram a nossa carta de protesto contra a censura prévia restabelecida para *A Monarquia*, salientando os que fizeram acompanhar essa carta dos seus protestos contra a arbitrariedade do governo, apresenta *A Monarquia* os seus agradecimentos.”

²⁵ Durante o período de exílio de Alberto Monsaraz e de António Sardinha, um e outro eram, ainda, e respetivamente, diretor e redator principal da *Monarquia*. De facto, a direção e a edição do jornal estavam nas mãos de Hipólito Raposo.

ao ramo legitimista. Esta iniciativa viria a redundar no reconhecimento, em Julho de 1920, como “Herdeiro do Trono de Portugal, [de] Sua Alteza Real, o Príncipe Senhor Dom Duarte Duque de Bragança e, na sua falta, aquela das Senhoras Infantas, suas Irmãs a quem de direito pertencer a sucessão”²⁶ (CRUZ, 1986b, p. 22). O Integralismo passava então a ter, apesar dos muitos dissabores que mais tarde essa opção lhe criaria, a “Pessoa” que ocuparia o topo do Estado nacionalista, orgânico e integral que idealizava, ao mesmo tempo que encontrava na Causa Nacional Portuguesa, onde mantinha a sua autonomia, parceiros políticos que minimizavam o isolamento da Junta Central após a multiplicação de cisões no Integralismo Lusitano depois de consumada a rotura com D. Manuel II.²⁷

O rompimento com D. Manuel não evitou que se acentuasse a deficiente liderança do movimento afetada pelo exílio de figuras importantes como António Sardinha e Alberto de Monsaraz. O Integralismo tinha dificuldades na definição e aplicação de estratégias que produzissem

²⁶ Esta notícia só foi tornada pública pela Junta Central a 2 de Setembro de 1920. Em Agosto, Alberto de Monsaraz escrevia a Sardinha confirmando a alteração da política dinástica do Integralismo Lusitano. “É possível que triunfemos muito mais depressa do que seria para supor ou até mesmo para desejar. [...] É um dia de festa em que temos, embora longe, de encontrar-nos de qualquer modo. Vou escrever ao [João do] Amaral, expondo-lhe a situação da questão dinástica, afim de que ele faça no Brasil a necessária propaganda. Mande-te, numa das minhas cartas, retratos do príncipe para a imprensa espanhola.” “Carta de Alberto Monsaraz para António Sardinha”. Paris, 24 de Agosto de 1920 (documento n.º 86). Envelope 149 (2.º). Espólio de António Sardinha, loc. cit.

²⁷ A narrativa mais interessante e verosímil nos detalhes e na avaliação do processo de negociações envolvendo integralistas, legitimistas e o pretendente ao trono, D. Miguel II, feita com pormenores pitorescos e comentários acertados, apesar de sair da pena de um autor claramente hostil ao Integralismo, encontra-se em FERRÃO (s.d., 3.º vol., p. 124-141). Um resumo sóbrio e factual destas mesmas negociações, e que permitiram aos integralistas passar uma certidão de autenticidade à “outra linha dinástica” da Monarquia portuguesa, encontra-se em PERES, (1954, p. 232-233). Com perspicácia, e retrospectivamente, Simeão Pinto de Mesquita, que foi membro da Junta Nacional do Douro durante a Monarquia do Norte, recordou que a “questão dinástica” foi um produto típico da emigração, “meio péssimo onde surgem os conflitos que desunem.” *A Ideia Nacional*, 16 de Maio de 1927, p. 1 (1.ª coluna).

resultados. De facto, a Junta Central via a sua ação política limitada no dia a dia à luta contra os “manuelistas”, numa tentativa de hegemonizar o campo monárquico, ao mesmo tempo que na imprensa do movimento se mostravam infrutíferas as tentativas de prosseguir e melhorar a qualidade e os resultados da sua ação de propaganda doutrinária, domínio em que o adversário era tanto a República, e o parlamentarismo em geral, como os monárquicos constitucionais ou até integralistas que se tinham mantido fiéis a D. Manuel II, como Alfredo Pimenta e Caetano Beirão, e que em Dezembro de 1923, cindindo com a Junta Central, fundaram a Ação Realista Portuguesa, depois de logo em 1921 terem formado a Ação Tradicionalista Portuguesa. Esta realidade, que produzia uma confrangedora ausência de resultados, prolongou-se até à declaração de suspensão da atividade política da Junta Central do Integralismo Lusitano na sequência do conhecimento que teve da celebração, à sua total revelia, do Pacto de Paris em Abril de 1922.²⁸

Além de a partir de Setembro de 1920 e, mais ainda, depois de Junho de 1921 – com a “Proclamação de Princípios” por Dona Maria Aldegundes de Bragança e Bourbon²⁹ – o Integralismo Lusitano se ter tornado em mais um partido que deixava para segundo plano os seus intuitos doutrinários, merece também ser sublinhada a continuação da sua notável

²⁸ O Pacto de Paris foi um acordo com “três grandes bases” celebrado entre os representantes de D. Manuel II e a infanta Da. Maria Aldegundes de Bragança. “A primeira [base] estipulava que, na falta de herdeiro directo, os ‘constitucionalistas’ aceitariam o ‘sucessor indicado pelas Cortes Gerais da Nação Portuguesa’. A segunda obrigava as partes acordantes a aceitarem «as resoluções das mesmas Cortes, quanto à Constituição Política da Monarquia Restaurada. E a terceira afirmava que a ‘questão religiosa’ seria resolvida «mediante diploma a ser submetido às Cortes” (CRUZ, 1986b, p. 23).

²⁹ Nomeada tutora de D. Duarte Nuno, dada a menoridade deste, por D. Miguel II que abdicara no seu terceiro filho na sequência das negociações e acordo com os integralistas de Julho de 1920.

vocação para a conspiração e a intriga.³⁰ Aliás, a rotura com D. Manuel II tivera como causa não apenas questões doutrinárias, mas também a necessidade de interromper qualquer tipo de ligação ou de obediência a quem, como o rei exilado, passara a opor-se a qualquer forma de golpismo, restauracionista ou não. Dessa vocação e intenção integralista (e também legitimista) estavam aliás convencidos vários sectores republicanos muito atentos aos bastidores da atividade conspiradora que se foi exercendo em Lisboa sem resultados práticos até ao 28 de Maio de 1926.³¹

E se em 1921, mas sobretudo a partir de 1922, integralistas houve, a começar por Sardinha e os seus jovens discípulos, que se opuseram à continuação de uma estratégia golpista envolvendo o Exército,³² a verdade é que o êxito do pronunciamento militar liderado pelo general Miguel Primo de Rivera em Espanha, a 13 de Setembro de 1923, veio a fazer com que o próprio António Sardinha passasse a considerar que do país vizinho poderia vir o exemplo de que não apenas Portugal necessitava, mas que também, se preparado com tempo, produziria resultados.³³ Ou

³⁰ Conhecidos e reconhecidos como “intrigalhistas” por causa do seu comportamento político considerado impróprio; sobretudo no modo como trataram D. Manuel II nas conversas com ele mantidas em 1919. Em várias cartas enviadas pelo exilado Fernando de Albuquerque, conde de Mangualde, a sua mulher (cartas datadas de Dezembro de 1919), aquele referiu-se aos integralistas e aos seus atos como “trapalhada intrigalhistas”, “intriga integralista” e “intrigalhadas integralistas” (MELLO, 2002, p. 181-182).

³¹ Sintomaticamente, houve quem designasse o período que se estende de Dezembro de 1918 até ao 18 de Abril de 1925, como o “reino dos pronunciamentos”. Já se vê que nem todos inspirados pelos monárquicos, fossem eles integralistas ou não (WHEELER, s.d., p. 216-237).

³² Aliás, se depois da amnistia de Abril de 1921 os “monárquicos constitucionalistas e [os] católicos puseram, transitoriamente de parte, o propósito de restaurar a Monarquia pelas armas, esta continuou a ser a intenção dos integralistas das correntes em que se dividiram os antigos adeptos da Junta Central e outros que partilhavam as suas ideias, embora não se submetessem à sua autoridade. Entre estes se contava Paiva Couceiro.” (FERRÃO, s.d., 3.º vol., p. 159).

³³ “Os acontecimentos de Espanha trazem-me quase doente. Aquilo vai mais depressa do que eu julgava e agora só temo que se perca. Porque decide-se até a sorte da

seja, todos os integralistas eram golpistas empedernidos. Sardinha apenas se distinguiu pelo facto de pretender que o golpe, quando se fizesse, fosse não apenas bem pensado e melhor executado, como, sobretudo, pudesse contar com um apoio muito superior àquele que os episódios do Monsanto ou da Monarquia do Norte tinham beneficiado. Para Sardinha o necessário apoio só se materializaria se antecipadamente tivesse sido feito um profundo trabalho de doutrinação através de meios como a *Nação Portuguesa* ou a realização de conferências e palestras nos principais centros urbanos do país.

Por isso, muito mais do que simples má vontade ou paranoia republicana em relação aos integralistas justificou que, por exemplo, entre 6 de Janeiro e 4 de Março 1921, se suspendesse a publicação de *a Monarquia* e que, a 7 de Janeiro, a polícia invadisse a sede daquele vespertino com o “pretexto” de que para as suas “salas [se] haviam [...] transferido os depósitos de munições do exército.”³⁴ Ao contrário daquilo que pretendiam fazer crer, os integralistas não estavam a ser vítimas de uma cabala montada por determinados sectores do povo republicano e do Estado.³⁵ Aliás, imediatamente antes da suspensão do jornal e da visita das autoridades à redacção da *Monarquia*, publicara-se nesse jornal um desmentido de notícias recentemente divulgadas na imprensa. Sucedia que se essas notícias

Europa, da civilização ocidental, e, conseqüentemente, de Portugal. Mais do que nunca precisamos de estar quietos. Logo que a situação em Espanha se defina e consolide, então cabe-nos o dever de agirmos. Não num sentido restauracionista. Mas direitos à ditadura, de modo a envolvermos as aspirações dispersas [...]” “Carta de António Sardinha para Pedro Theotónio Pereira”. Elvas, 19 de Setembro de 1923. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Arquivo de Clara Maria Palha Theotónio Pereira. Alcáçovas, Viana do Alentejo (ACMPTP).

³⁴ Hipólito Raposo, “Em Nossa Casa”, *A Monarquia*, 18 de Abril de 1921, p. 1.

³⁵ Sobre as razões e a forma do radicalismo político generalizado que se viveu no país, e sobretudo em Lisboa, entre 1919 e 1921, com ameaças permanentes de revoluções de esquerda e de direita, mas cabendo à GNR, à Marinha e ao Exército desempenhar um papel de destaque, RAMOS (1994, p. 622-623) e WHEELER (s.d., p. 223-230).

não eram verdadeiras, eram ao menos verosímeis por causa da reputação conspirativa de que gozavam os integralistas. Podia ler-se na *Monarquia* que:

“A Capital”, “O Mundo” e “A Manhã” acusam-nos de conspirar. Pois bem! Às suas insinuações miseráveis feitas para açular contra nós a ira da canalha jacobina ou as prepotências dos governantes, desviando a atenção do povo dos inúmeros escândalos que este regímen nos revela diariamente, respondemos nós com estas claras e simples palavras:

– Desafiamos estes três jornais a que provem – primeiro, que a Junta Central do Integralismo Lusitano tenha a mínima interferência em quaisquer movimentos revolucionários, segundo, que algum dos organismos integralistas cuja constituição aqui tenha sido publicada tenha qualquer função que não seja exclusivamente de organização política e de propaganda.³⁶

Esforço inglório! Ninguém acreditava que os integralistas renegassem a sua natureza e o seu passado. E quando, semanas mais tarde, com Bernardino Machado já à frente do ministério e o ambiente político mais desanuviado e normalizado, a Junta Central emitiu uma nota sobre a situação política, viu-se na obrigação de assegurar que “não dirige, não promove nem aplaude *neste momento*, qualquer intervenção revolucionária, seja qual for a sua origem, a sua natureza e os seus fins”, da mesma forma que garantia ser tal “atitude” aquela “com que julga mais utilmente servir o interesse nacional,” não podendo por isso “prestar solidariedade política nem partilhar responsabilidades de qualquer organização armada que porventura possa existir.” Garantia ainda que assim pensavam e sentiam “todos os monárquicos filiados nas nossas organizações, *na perfeita compreensão dos seus deveres de disciplina política.*”³⁷ Porém, os últimos meses de

³⁶ A *Monarquia*, 5 de Janeiro de 1921, p. 1.

³⁷ A *Monarquia*, 4 de Março de 1921, p. 1. Destaques meus.

1920 e os primeiros de 1921 tinham sido tão intensos em atividade política conspiradora, deixando amigos, adversários, inimigos e neutrais em tal estado de desorientação, que um novo desmentido teve que ser publicado, dessa vez relativo à putativa existência de “acordos realizados ou a realizar entre o Integralismo Lusitano e os partidários do sr. D. Manuel II que foi rei de Portugal.”³⁸ E de facto, até à data da promulgação pelas autoridades republicanas, a 9 de Abril de 1921, de uma amnistia geral para os crimes políticos cometidos no início de 1919, sucederam-se não apenas os rumores de revoluções congeminações por integralistas, como o seu jornal foi mantido sob estrita vigilância das autoridades, cercado pela polícia e por populares, os seus colaboradores seriamente molestados e não poucas vezes vetada, de forma mais ou menos arbitrária, a sua publicação ou saída para as ruas mesmo já depois da *Monarquia* já se encontrar impressa.³⁹

Só com a citada amnistia – coincidindo com o 3.º aniversário da batalha de La Lys⁴⁰ – foi regularizada a publicação do órgão oficial do Integralismo

³⁸ A *Monarquia*, 5 de Março de 1921, p. 1.

³⁹ Um editorial publicado na *Monarquia* era ambíguo naquilo que dizia respeito aos insistentes rumores de uma iminente revolução monárquica. Nele se recordava que a República tinha todo o “interesse” na “existência de qualquer convulsão política, seja monárquica, republicana ou bolchevista,” pelo que os rumores não passariam de “inventonas”. Mas por outro lado, lembrava aqueles que lessem o citado editorial – integralistas, sobretudo – de que “fazer uma revolução nesse momento, seria fazer simplesmente a revolução pela revolução.” Portanto, mesmo que a Junta Central, em meados de Março, estivesse convictamente contra qualquer tentativa revolucionária, esta fora ao menos equacionada num passado recente pela mesma Junta, sendo naturalmente desejada e preparada, para um futuro mais ou menos próximo, pelas bases do Integralismo. A *Monarquia*, 15 de Março de 1921, p. 1.

⁴⁰ Desde 1919 que se falava numa amnistia para boa parte dos conspiradores monárquicos presos ou exilados. O “[...] projeto de amnistia política apresentado no Senado, meses antes, por Jacinto Nunes, e depois retirado da discussão, foi ali novamente trazido a 6 de Abril e aprovado; enviado à Câmara dos Deputados foi aí também aprovado por grande maioria, mas com algumas emendas, na sessão de 8 prolongada até às 5 horas da manhã do dia 9; seguindo logo para o Senado, aí se aprovaram aquelas emendas. Graças ao prolongado esforço e rara celeridade desse inusitado labor legislativo, a amnistia pôde ser promulgada nesse mesmo dia” (PERES, 1954, p. 299 e

Lusitano. Simultaneamente, ocorreu a reconstituição do Integralismo como movimento político num ambiente em que o regime republicano, numa fase moderada da sua existência, pretendia, e de alguma forma conseguiu transitoriamente, apaziguar alguns dos seus adversários e inimigos mais ferozes como dos seus membros mais voluntariosos e sempre disponíveis para conspirarem. Porém, e apesar da amnistia ter sido “decretada para os presos e exilados políticos”, provocando um claro desanuiamento político, nas palavras de Hipólito Raposo, a “nação continua oprimida, está e continua a ferros. A questão política portuguesa não se modificou: ela persiste aguda, urgente e sem outra solução que não seja a da restauração da Monarquia.”⁴¹ Ou seja, segundo o diagnóstico feito por Hipólito Raposo, tudo continuava essencialmente na mesma. Mas não era exatamente assim: nem para a República, nem para o Integralismo Lusitano.

A “segunda geração” ou os “rapazes” de Sardenha (1921-1925)

Na primeira quinzena de Julho de 1921, Alberto Monsaraz, António Sardenha e Pequito Rebelo, três figuras chave do Integralismo Lusitano, regressaram do exílio. Nos dias 19 e 20 daquele mês teve lugar em

301). “Esta nova amnistia, no entanto, não incluía os principais chefes da Monarquia do Norte, tais como Paiva Couceiro” (WHEELER, s.d., p. 227). Sobre as peripécias em torno da apresentação do primeiro projeto de lei de amnistia, que conheceria forte oposição dos republicanos radicais, tanto dentro como fora do parlamento, “Relatório da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office.” 9 de Novembro de 1920. The National Archives [TNA], Foreign Office [FO] 371/5491. O autor do documento, socorrendo-se de uma fonte fiável, sublinhava que existiriam tão somente cerca de sessenta presos e todos tinham sido julgados apropriadamente. Citando o general Norton de Matos, confidenciava que toda a espécie de crimes normalmente atribuídos aos monárquicos durante a chamada Monarquia do Norte, e especialmente aqueles cometidos no Porto, não passavam de um exagero

⁴¹ *A Monarquia*, 11 de Abril de 1921, p. 1.

Lisboa um encontro que reuniu os delegados dos organismos integralistas. Dias mais tarde, a 5 de Agosto, *A Monarquia* anunciava que, “em virtude da rápida e extraordinária expansão do nosso movimento”, tinha sido criado um secretariado-geral. Para exercer aquele cargo fora nomeado Augusto da Costa.⁴²

Em meados de 1921 era evidente que o Integralismo se tinha tornado num movimento político em expansão continuada. Atestava-o, por exemplo, o facto de a 1 de Setembro *A Monarquia* ter iniciado a sua publicação diária em formato de 4 páginas, ao mesmo tempo que a imprensa regional integralista e “nacional-sindicalista” dava mostras de alguma vitalidade. Mas houve também nessa altura um agravar da situação de tensão política no seio do movimento. Enquanto António Sardinha (que para o efeito irá buscar o apoio de alguns jovens integralistas que mais tarde serão conhecidos como o núcleo duro da “segunda geração” do Integralismo), criticava o excesso de ação e o *déficit* de doutrinação do Integralismo – o que contribuiu para que abandonasse o cargo de redator principal da *Monarquia*⁴³ – outro sector havia que pugnava pelo aprofundamento e aperfeiçoamento do movimento integralista enquanto partido envolvido num combate político quotidiano. Como se não bastasse, durante o ano de 1921 e nos primeiros seis meses de 1922,

⁴² Entre de 1933 e 1937, Augusto da Costa colaborará ativamente com Pedro Theotónio Pereira, subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social (1933-1936) e ministro do Comércio e Indústria (1936-1937), na construção dos primeiros pilares do corporativismo português e que, segundo os mais crédulos, se esperava que pudesse vir a abarcar a totalidade do Estado e da sociedade.

⁴³ Segundo *A Monarquia* de 1 de Setembro de 1921, Sardinha apostava agora tudo na redação da sua História de Portugal, “a verdadeira História de Portugal em que se restabeleça a verdade dos factos e a dignidade das pessoas que o sectarismo liberalista dos historiadores do século XIX tinha propositadamente deturpado.” No entanto, e até ao Verão de 1922, Sardinha preocupou-se prioritariamente com o lançamento da 2.^a série da *Nação Portuguesa*.

houve vozes que criticaram duramente tanto a aproximação ao ramo legitimista da Monarquia portuguesa, como o facto do Integralismo se mostrar incapaz de aproveitar as eventuais vantagens de uma tal aproximação (MARTINS, 2004, p. 133).

Só a celebração do Pacto de Paris, um acontecimento que minou o escasso prestígio e a reduzida credibilidade política do Integralismo,⁴⁴ resolveu o impasse entre aquelas que eram as duas opções estratégicas em confronto no movimento. Assim, e começando pelo próprio Sardinha e seus seguidores, o Pacto de Paris foi visto como a oportunidade de salvar o movimento, nomeadamente ao criar as condições ideais para uma aposta quase exclusiva na propaganda dos princípios, antes que o movimento se tornasse, definitivamente, num partido político e, portanto, segundo a lógica integralista, numa organização moral e politicamente corrompida pela sua própria natureza.⁴⁵ Por outro lado, a celebração do Pacto deu razão a Sardinha, aos sardinhistas e, retrospectivamente, a uma intervenção do jovem Pedro Theotónio Pereira, na qualidade de presidente da Junta Escolar de Lisboa, que num documento apresentado em Fevereiro de 1922 à Junta Central, pretendeu demonstrar o erro que fora o reconhecimento de D. Duarte como o herdeiro legítimo da coroa portuguesa. A fação do Integralismo que optara, não apenas por favorecer a rotura com D. Manuel II, mas, sobretudo, por ligar os seus destinos ao reconhecimento do ramo legitimista e, em especial, da figura do “Príncipe Senhor Dom Duarte Duque de Bragança” como herdeiro

⁴⁴ Uma história resumida das peripécias ocorridas do campo monárquico após a celebração do Pacto de Paris, nas suas inúmeras intrigas, sisões e conflitos, encontra-se em FERRÃO (s/d v. 3, p. 200-311). No entanto, para o Portugal político esse acontecimento não tinha relevância de maior.

⁴⁵ “Depois que o Pacto de Paris nos libertou da triste situação de «partido-político» para que as circunstâncias nos haviam atirado [...]” António Sardinha, “Dinheiro do Resgate”, in *A Monarquia*, 5 de Abril de 1923, p. 1.

do “trono de Portugal”, era acusada por Theotónio Pereira, instigado por Sardinha, de ter hipotecado uma fatia excessiva da sua liberdade de ação política e, sobretudo, doutrinária.⁴⁶ Como se não bastasse, o Pacto de Paris fora para muitos integralistas, a começar pelos que se tinham mantido fiéis a D. Manuel II, a demonstração da incapacidade política da Junta Central, algo que os seus dirigentes reconheciam e de que o ramo legitimista da família real portuguesa não duvidava.⁴⁷

⁴⁶ “Mensagem da Junta Escolar de Lisboa à Junta Central do Integralismo Lusitano.” 22 de Fevereiro de 1922 (documento 38). Envelope 160. Espólio de António Sardinha. Correspondência. Loc. cit. Após a celebração do Pacto de Paris, Sardinha consultou por carta alguns dos notáveis do Integralismo Lusitano. Pediu-lhes opinião e conselho sobre o melhor caminho a seguir depois da crise política que decorreria da celebração e publicitação do referido Pacto. Rolão Preto recordou a Sardinha que o “acordo estava no ar, [e] todos se tinham já habituado a essa ideia.” Por outro lado, e como era óbvio que para muitos era insatisfatório que a atividade do Integralismo se resumisse à doutrinação, as “deserções” políticas multiplicar-se-iam inevitavelmente. Porém, e para Rolão Preto, com ou sem doutrinação, com ou sem atividade política, era óbvio que ao Integralismo lhe faltava um “objetivo político no sentido rigoroso do termo [...]”. Daí que propusesse um “acordo” com os subscritores do Pacto para evitar a “desagregação” do movimento. Além de correrem rumores entre integralistas de que um acordo não se fazia por meras razões pessoais, havia ainda o problema dos integralistas de Lisboa. Não se podendo contar com a presença regular dos líderes do Integralismo Lusitano na capital, era óbvio que “os nossos amigos” ficavam ali “às aranhas minados por cima de tudo pela intriga constitucionalesca.” E alertava: “Pense você nessa série de perigos que ameaçam a marcha política do nosso movimento. Isto se nós tivermos aspirações políticas. A mim decerto, pessoalmente, convém-me melhor a situação cómoda do presente. Não tenho, que não tenho a isso direito, aspirações políticas. Pela ideia pura batalho e luto julgando que por amor dela o melhor será nunca ter que ver a amarga desilusão de a ver realizando-se... Você porém e os nossos amigos não têm esse direito. [...] Tenha você paciência de voltar a Lisboa e manobre enfim a manobra porque todos esperam ansiosamente: salvar a honra e o futuro.” “Carta de Rolão Preto para António Sardinha.” 4 de Junho de 1922 (documento 21). Envelope 150. Espólio de António Sardinha. Correspondência. Loc. cit. Sublinhados no original.

⁴⁷ “Descontentes [os miguelistas] com a incapacidade conspiratória da Junta, voltaram-lhe as costas e julgaram mais seguro reconhecer D. Manuel como Rei legítimo. A agravar isto deu-se a cisão, há muito latente, dos integralistas críticos quanto à conduta da própria J. C. I. L. (Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, etc.), os quais constituíram a ‘Ação Realista Portuguesa’ em 1923” (SILVA, 1982, p. 11-12).

Embora aquilo que a historiografia afirma sobre o impacto do Pacto de Paris na vida do Integralismo pouco mais seja do que repetir as notícias veiculadas pela *Monarquia*, e que depois alguns integralistas não se cansaram de ampliar, notícias segundo as quais se teria dado o abandono de toda a “atividade política”, passando então o movimento a desenvolver exclusivamente uma ação doutrinária, a verdade é que a celebração do Pacto não pôs fim, de facto, à atividade política do Integralismo (MARTINS, 2004, p. 134-141).

Mas a questão mais importante na não aceitação pelo Integralismo dos termos do Pacto de Paris residiu no facto dessa atitude lhe ter permitido libertar-se do compromisso restauracionista, ao mesmo tempo que reafirmou a pretensão de “conquistar o Governo da Nação”, mas não por “sufrágio universal”.⁴⁸ Ora tanto uma parte dos integralistas da Junta Central, como outros integralistas que, como Alfredo Pimenta, mantiveram a sua obediência a D. Manuel, era intolerável que “monárquicos constitucionalistas e os seus dirigentes” aceitassem as regras do jogo constitucional vigente, recusando liminarmente o fomentar de “aventuras revolucionárias”, ou qualquer “nova tentativa de derrubar a República pelas armas.”⁴⁹

Da celebração do Pacto de Paris até 28 de Maio de 1926, quando a República cairá na sequência de um movimento militar política e ideologicamente muito heterogéneo, mas com presença integralista

⁴⁸ *A Monarquia*, Suplemento ao n.º 1194, 15 de Maio de 1922, p. 1-02.

⁴⁹ Ferrão, s.d., 3.º vol., p. 218. A Ação Realista Portuguesa nasceu da publicação no *Correio da Manhã*, em 26 e 27 de Novembro de 1923, “de dois artigos nos quais se defendiam os princípios da Monarquia constitucional, como existia à data da implantação da República.” Os integralistas que, em 1919, não tinham acompanhado a Junta Central, “declararam-se, por sua vez, em estado de rebeldia contra os dirigentes da Causa, em mensagem datada de 8 de Dezembro, dirigida a Aires de Ornelas. À sua frente estava Alfredo Pimenta [...]” (FERRÃO, s.d., 3.º vol., p. 224-225).

não despicienda, a vida do Integralismo Lusitano foi marcada, em primeiro lugar, pelo facto do grosso da sua intervenção política ser protagonizada, no plano da doutrinação, por António Sardinha e por um conjunto restrito de discípulos seus que colaboraram ativamente na redação da *Nação Portuguesa* e em outras atividades de divulgação da doutrina integralista. No entanto, essa opção não significou o fim da ação política do movimento. No que ao sector sardinhista diz respeito, a aproximação ao Centro Católico, nomeadamente ao Centro Académico da Democracia Cristã (CADC) sediado em Coimbra,⁵⁰ e ao jornal *A Época* dirigido por Fernando de Sousa (que, aliás, era monárquico mas inimigo declarado do Centro Católico), a conquista da direção ou de uma presença na direção das organizações estudantis que funcionavam ao nível universitário e liceal, constituíram-se num conjunto de iniciativas, entre outras, que tornavam o Integralismo numa realidade dinâmica e renovada, embora sem qualquer expressão fora de meios politizados. Paralelamente, o Integralismo exerceu o seu proselitismo junto de jovens oficiais do Exército que frequentavam as Universidades de Coimbra e de Lisboa e cujos frutos foram colhidos a partir do golpe militar fracassado de 18 de Abril de 1925 e na “Revolução” de 28 de Maio de 1926. Finalmente, o próprio Sardinha foi eleito em comícios locais no distrito de Portalegre.

O facto da restauração monárquica ter deixado de ser uma prioridade para Sardinha e para os seus jovens seguidores veio também facilitar a colaboração daquele no lançamento da revista *Homens Livres* em Dezembro de 1923, onde pontificavam homens como Raul Proença e António Sérgio

⁵⁰ A partir de Março de 1924, tanto Pedro Theotónio Pereira como Marcello Caetano acumularam o estatuto de integralistas com o de membros da União Católica de Estudantes Portugueses, uma invenção do CADC (MARTINS, 2004, 173-180).

do grupo *Seara Nova*.⁵¹ Embora de vida curta, e de ter merecido fortes críticas entre os integralistas, a começar pelos jovens discípulos de Sardenha e acabando no próprio Hipólito Raposo, a *Homens Livres* deu a Sardenha e ao Integralismo uma projeção e uma respeitabilidade em meios que anteriormente o desconheciam ou desconsideravam intelectualmente, ao mesmo tempo que demonstrava que o combate político à República podia ser feito, também, em aliança com republicanos desiludidos.

Paralelamente, as divisões ocorridas no seio do Integralismo entre 1922 e 1925 não deixaram de ser enfrentadas por António Sardenha. Numa carta a um seu jovem discípulo, escrevia:

Passei uns dias no Gavião. Aí, trocámos impressões acerca do destino a dar aos nossos ‘impacientes correligionários’. O Rolão Preto insistia pelo jornal. Mas não nos diz onde hão-de vir os seus contos, que são necessários. Mais senhores da realidade, o Pequito, o Raposo e eu assentámos num manifesto onde expuséssemos a nitidez da situação, dispensando da ‘inércia’ aqueles integralistas que sentem vontade de ‘trabalhar’, mas que esperam ordens da Junta. Claro que a Junta mantém-se na mesma posição. Eles que vão para onde a consciência lhes disser.⁵²

Apesar das tensões, a rotina do Integralismo e de grande parte da sua vitalidade política e doutrinária sofreu um enorme percalço com a morte repentina de António Sardenha. No dia 10 de Janeiro de 1925, o Integralismo Lusitano perdeu aquele que tinha sido o seu dirigente politicamente mais lúcido e dinâmico. Sardenha percebera em 1921,

⁵¹ Esta colaboração era particularmente importante pelo facto de Raul Proença ter sido um dos grandes críticos do Integralismo Lusitano cuja doutrina filiou na *Action française* e no fascismo italiano.

⁵² “Carta de António Sardenha para Pedro Theotónio Pereira”. Elvas, Novembro de 1923. Espólio de Pedro Theotónio Pereira. Loc. cit.

senão antes, que o futuro do movimento estava em transformar-se num núcleo coeso e elitista tanto do ponto de vista social, como intelectual e doutrinário, e não em mais um partido político. O objetivo do Integralismo, tal como pensado e organizado por Sardinha, seria derrubar a I República, mas sem repetir os erros cometidos nas incursões monárquicas de 1911 e 1912, durante o sidonismo e nas revoltas falhadas do início de 1919, já para não falar nas conspirações inconsequentes que se produziram em 1920 e 1921. Mas Sardinha nunca perdeu de vista que o objetivo do movimento que liderava informalmente era aceder ao exercício do poder político. Daí que tudo tenha feito entre 1921 e 1925 para construir pontes com as mais variadas sensibilidades políticas e ideológicas, desde que em comum tivessem como propósito o derrube da ordem “democrática” e “liberal” nascida em Portugal com o triunfo dos liberais na guerra civil de 1832-34 e que, do seu ponto de vista, o regime republicano apenas agravara. Desaparecido Sardinha, a Junta Central ficou quem pudesse pensar, executar e, sobretudo, liderar esta ou qualquer outra estratégia política.

A “Segunda Geração” ou os “rapazes que sabem bater-se quando é preciso” (1925-1933)⁵³

Foi a partir de Janeiro de 1925, com a morte de Sardinha quando contava 37 anos, que os jovens sardinhistas, ou integralistas de “segunda geração”, como mais tarde vieram a ser conhecidos, seguiram o seu caminho. Fizeram-no no domínio da ação política, levando às últimas consequências o pensamento do seu “mestre”. Logo em Janeiro de 1925, os rapazes da “segunda geração” não só assumiram a responsabilidade

⁵³ Ver nota 69.

de conduzirem os destinos da *Nação Portuguesa*, como passaram à ação, na linha, aliás, dos juízos proferidos por Sardinha meses antes da sua morte.⁵⁴ Envolveram-se no golpe frustrado de 18 de Abril de 1925 (MARTINS, 2004, p. 216-223). Entretanto, em Março de 1926, fundaram a revista *Ordem Nova*,⁵⁵ ao mesmo tempo que intensificaram a sua colaboração com o jornal *A Época* por onde passou parte da conspiração militar que desaguou no 28 de Maio de 1926 que pôs fim à I República e iniciou a Ditadura Militar (MARTINS, 2004, p. 249-259). No entanto, a independência de sardinhistas como Pedro Theotónio Pereira, Rodrigues Cavalheiro ou Manuel Múrias consumou-se a 23 de Abril de 1927 quando, por carta,⁵⁶ puseram fim à sua “obediência” à Junta Central do Integralismo Lusitano que, na sequência da denúncia do Pacto de Paris por D. Aldegundes em Novembro de 1925, retomara a sua atividade política em Março de 1926. No documento enviado à Junta Central os signatários evocavam, como motivo para o fim da sua obediência, a “situação atual do país” e o aparecimento de “soluções” que consideravam “mais conformes ao interesse nacional”. Porém, o fim da “obediência” justificava-se. Não por deixarem de se considerar integralistas, mas apenas por “dever” de “consciência”, uma vez que

⁵⁴ Fizera-o uma primeira vez numa entrevista dada ao *Diário de Lisboa* em Junho de 1924. E uma segunda vez num discurso que pronunciou num jantar em sua homenagem no restaurante Tavares em Lisboa, em Outubro daquele ano. Nessa ocasião afirmou que “Se repararmos que integralistas, legitimistas, até liberalistas e bastantes republicanos se encontram nessa sala, logo reconheceremos que alguma coisa de grande e de inesperado se anuncia nas jornadas de Portugal vindouro” (CAVALHEIRO, 1959, p. XII e XXVII-XXVIII).

⁵⁵ Em Abril, os fundadores da *Ordem Nova* criaram o Instituto António Sardinha. Um e outro tiveram vida efémera. Duraram cerca de um ano.

⁵⁶ Assinaram o documento, além dos três nomes já citados, José Maria Ribeiro da Silva, Marcello Caetano e Pedro de Moura e Sá.

retomavam a “sua atividade política”, mas não nos termos que a Junta Central ordenara em Março de 1926.⁵⁷

Desvinculados do Integralismo Lusitano, e derrubada a I República, alguns daqueles que indiscutivelmente eram os “rapazes”, ou os “discípulos”, de António Sardinha, abraçaram a causa da federação de forças e sensibilidades com pendor nacionalista e autoritário. Esta causa tinha um nome – Liga de Ação Integralista –, um jornal – *A Ideia Nacional* –, e um líder – João do Amaral – que pertencera ao núcleo duro da primeira geração do Integralismo e propunha-se, com a fundação de um vespertino lisboeta que se queria com projeção em Coimbra e no Porto, congregar tudo e todos aqueles que, apoiando a Ditadura Militar, pretendiam evitar que esta acabasse por se transformar num instrumento de restauração de uma I República reformada.

A Liga de Ação Integralista e *A Ideia Nacional*⁵⁸ nasceram no rescaldo da revolução republicana fracassada de Fevereiro de 1927 quando os principais chefes políticos da Ditadura Militar pareciam poder e querer dar início a um processo que, finalmente, transformasse a Ditadura não num projeto de reforma da República, mas sim no início de um processo de fundação e consolidação de um novo regime inspirado em ideias nacionalistas e autoritárias de tradição portuguesa, mas também nos exemplos mostrados à Europa em Itália e em Espanha pelas ações de Mussolini e do general Miguel Primo de Rivera. Por outro lado, as vontades e o projeto político unido em torno de João do Amaral e da *Ideia*

⁵⁷ Carta de 27 de Abril de 1927, dirigida pelos signatários supracitados à Junta Central do Integralismo Lusitano. Espólio de José Hipólito Raposo. Correspondência. Arquivo de Teresa Martins de Carvalho (ATMC). Lisboa. Agradeço ao dr. José Manuel Alves Quintas a cedência desse documento pertencente ao citado espólio.

⁵⁸ “[...] a paper of small importance, supported the cause of the ‘Legitimists’ and ‘Integralists.’” “Mr. Grant Watson to Sir Austen Chamberlain.” Lisboa, 15 de Agosto de 1927. TNA, FO371/12703.

Nacional não apenas desvalorizavam o objetivo da restauração monárquica – por mais monárquicos que fossem muitos dos seus apoiantes –, como desejavam constituir uma frente que, quando conquistado o poder, não repetisse os erros da experiência sidonista de 1917-18. O projeto, porém, acabou por fracassar. Em primeiro lugar, por não ser suficientemente abrangente. Em segundo lugar, por ter sido vítima do malogrado “golpe dos Fifis” de Agosto de 1927, um episódio aparentemente burlesco e ainda hoje não totalmente explicado,⁵⁹ mas que por ter tido uma clara inspiração “direitista” e nacionalista, acabaria por propiciar a reação dura da Ditadura Militar contra uma parte das forças mais à direita da situação política portuguesa.

De Setembro de 1927 a Março de 1928, um mês antes da chegada de Oliveira Salazar ao Governo, os sardinhistas não desistiram apesar do fiasco que revelou ser o projeto liderado por João do Amaral. Reaproximaram-se da Ditadura Militar através do apoio que deram à eleição, por sufrágio direto censitário, do general Carmona como presidente da República, apesar de alguns colaborarem ativamente com a Liga 28 de Maio.⁶⁰ A eleição era

⁵⁹ Que começou por ser uma tentativa, aliás conseguida, de impedir o reforço do papel de Passos e Sousa no Governo da Ditadura. Passos e Sousa era um oficial do exército defensor da transitoriedade da Ditadura, encarando-a como um período de reforma da situação económica e financeira e do sistema político. A mudança política passaria pela formação de um partido conservador forte que deveria, antes do regresso à normalidade, constituir-se no primeiro e principal apoio político da Ditadura, vindo mais tarde a suceder-lhe. “Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office.” 15 de Julho de 1927. TNA, FO 371/12703. Um outro importante aliado de Passos e Sousa era Jorge Botelho Moniz, diretor de *A Situação* (CRUZ, 1986a, p. 86n). A redação de *O Imparcial*, jornal republicano e nacionalista, em que se destacava Henrique Galvão, inimigo figadal de Passos e Sousa e do programa moderado e reformista de Ditadura que este sempre representou, terá sido, ao que tudo indica, o local de preparação do “golpe dos Fifis” (MARTINS, 2004, p. 322-323).

⁶⁰ Numa entrevista concedida no Verão de 1927, Carmona recordou aqueles que eram os dois objetivos essenciais da Ditadura Militar e que, naturalmente, não agradavam à direita reunida em torno de *A Ideia Nacional* e de outros periódicos nacionalistas, fossem eles republicanos ou monárquicos. Aquele general afirmou que o 28 de Maio de

importante para a consolidação de uma Ditadura que se revelara desastrosa na gestão política e financeira do país, mas que fora capaz, ao contrário de todos os anteriores regimes de exceção existentes durante a vigência da I República, de derrotar os sucessivos golpes contra ela assestados, tanto pela chamada oposição “republicana” ou “reviralhista” como pela ainda frágil direita radical, entretanto parcialmente alcandorada na Liga 28 de Maio fundada em Janeiro de 1928.⁶¹

Após a realização das eleições para a presidência da República, Salazar aceitou o convite que lhe foi feito para ocupar a pasta das Finanças. Tomou posse, a 27 de Abril, proferindo um discurso que se tornaria célebre.⁶² Duarte Pacheco, engenheiro e professor universitário em Lisboa, tido como republicano conservador, foi o emissário de Carmona e das diferentes sensibilidades que constituíam a Ditadura Militar e que desejavam

fizera para salvar o País e “salvar as instituições republicanas”, mesmo que isso implicasse, como implicava, uma “mudança radical na nossa Constituição.” Mas sobretudo, e antes de produzir essa afirmação, o presidente da República tivera a preocupação de sublinhar que na sua “opinião [...] a ditadura não pode durar em Portugal senão como meio de transição”, embora fosse necessário um “lapso de tempo indispensável para mudar completamente as nossas instituições.” *Diário de Lisboa*, 18 de Agosto de 1927, p. 8. Colocados na defensiva, no início de 1928, sectores nacionalistas houve que contribuíram ativamente para a eleição de Carmona e para a conseqüente consolidação da Ditadura. Nas suas *Memórias*, Marcello Caetano, na altura “destacado” em Óbidos como oficial do Registo Civil, revela que participou com um cacique local na mobilização dos cidadãos necessários para tornarem credível a eleição de Carmona: “[...] o administrador do concelho, um excelente homem que exercia o comércio de adubos nos arrabaldes da vila, pediu-me que o acompanhasse no giro da praxe a visitar os eleitores influentes para solicitar-lhe os votos. E lá andámos, de charrete puxada por um bonito cavalo, pelas estradas nem sempre cómodas do alfoz obidense” (CAETANO, 1977, p. 22).

⁶¹ Entende-se aqui, como fazendo parte da direita radical, todas aquelas forças políticas que almejavam o derrube do Estado e do sistema político liberal. Pugnavam pela “construção de um Estado Nacionalista baseado no corporativismo integral.” Embora fascizada, a direita radical teve como ponto partida ideológico o Integralismo Lusitano, “ao qual se juntaram outras componentes de origem republicana e sidonista” (PINTO, 2005, p. 30).

⁶² “Condições da reforma financeira”.

ver o professor de Coimbra à frente do Ministério das Finanças. Impondo aparentemente as suas condições e propondo uma política financeira cujo objetivo imediato era equilibrar o orçamento do Estado, Salazar trouxe ainda consigo a vantagem de ter preparado muito bem a entrada no Governo e os mecanismos que lhe permitiriam lá permanecer.⁶³ Não tendo chegado ao poder com o rótulo de representante de qualquer grupo, com a provável exceção de algum setor pouco definido da Igreja Católica, Salazar podia tratar com alguma liberdade os seus principais interlocutores políticos.⁶⁴ Para os jovens discípulos de Sardinha, como para os setores nacionalistas da Ditadura Militar, Salazar tinha a vantagem de possuir uma agenda de política financeira impecavelmente nacionalista, um conjunto de ideias económicas conservadoras e, sobretudo, competência técnica e uma simpatia clara por soluções políticas que rompessem com a herança da I República. Finalmente, não era considerado um “político”.⁶⁵

Justamente no dia em que tomou posse, já noite, Salazar recebeu o “sardinhista” Pedro Theotónio Pereira na casa de um amigo comum em que se encontrava hospedado. Nesse mesmo dia iniciou-se a colaboração,

⁶³ Sobre a forma cuidada como Salazar preparou a sua ascensão à pasta das Finanças, CRUZ (1975, p. 696-701, nota 1453).

⁶⁴ Sobre os apoios e as simpatias que Salazar reunia imediatamente antes da sua chegada ao poder, WHEELER (1988, p. 34-37).

⁶⁵ A questão do empréstimo externo, que deveria resolver o problema das finanças públicas portuguesas, foi o desafio principal da política portuguesa a partir do final do ano de 1927. Salazar, como a direita nacionalista, e não só, eram radicalmente contra a contração de um empréstimo externo. Este empréstimo só se poderia concretizar com o aval da Sociedade das Nações. Uma vez que as condições que essa quis impor a Portugal foram consideradas inaceitáveis por amplos sectores da opinião pública, abriram-se as portas para a chamada de Salazar à pasta das Finanças, uma vez que o professor de Coimbra tinha iniciado, no princípio de 1928, a publicação, no jornal católico *As Novidades*, de um conjunto de artigos onde mostrava que a recuperação financeira do Estado português dispensava o dito empréstimo. Os artigos de Salazar estão reproduzidos em CRUZ (1998, p. 209-280 e 303-313).

nem sempre pacífica, mas importante e perene, entre os dois homens.⁶⁶ Inicialmente de natureza técnica, a colaboração transformou-se rapidamente política, passando a envolver Marcello Caetano, jurista e professor da Faculdade de Direito, amigo pessoal de Theotónio Pereira e que este apresentou ao novo ministro das Finanças. Marcello Caetano, vale a pena recordá-lo, era também um dos “rapazes de Sardinha”

A 30 de Julho de 1930, quando o seu prestígio e o seu poder tinham atingido um patamar mais elevado, Oliveira Salazar proferiu um discurso que ficou na história política da Ditadura Militar. Intitulado “Princípios fundamentais da revolução política”, nele declarava que todas as sensibilidades políticas apoiantes da Ditadura, a começar pelos monárquicos e incluindo integralistas, deveriam dissolver-se na nova ordem política em construção e aceitar fazer parte de uma nova organização cívica designada União Nacional. Por outro lado, disse claramente que o propósito da Ditadura era a construção de uma nova ordem política e constitucional e não a restauração da I República regenerada. O discurso era feito numa altura em que a ameaça à estabilidade da Ditadura e ao poder de Salazar vinha da Liga 28 de Maio que pretendia hegemonizar o espaço político organizado da Ditadura Militar a partir de princípios da direita nacionalista.

Independentemente da Liga 28 de Maio (PINTO, 1985, p. 23-39) ter acolhido no seu seio inúmeros integralistas de diferentes gerações e sensibilidades, e de até à sua extinção se ter dado uma dura e por vezes violenta confrontação política entre os seus membros e os da União Nacional (criada pelo Governo), a verdade é que nenhum dos jovens discípulos de Sardinha que passou pela Liga deixou de apoiar a Ditadura Militar e, portanto, abraçar a solução adiantada por Salazar para resolver parte dos

⁶⁶ Pedro Theotónio Pereira tinha 26 anos incompletos. Salazar cumpriu 39 no dia posterior à sua posse. O relato do encontro entre os dois homens pode ler-se em PEREIRA (1972, p. 64-66).

problemas políticos daquela e do país. Fizeram-no por considerarem que o ministro das Finanças era a única personalidade capaz de construir a partir de uma Ditadura Militar transitória um regime nacionalista, orgânico, antidemocrático e antiliberal em que o Estado e o poder executivo seriam fortes. Ou seja, seria capaz de concretizar as aspirações com que, havia vários anos, muitos monárquicos e republicanos ambicionavam, escudassem-se, ou não, nos exemplos de Primo de Rivera e de Mussolini.

Na sequência daquele discurso, a 14 de Agosto 1930, através da revista *Integralismo Lusitano*, a Junta Central criticou moderadamente o discurso de Oliveira Salazar e colocou-se fora da solução apresentada. No entanto, a Junta Central já nada contava na vida política portuguesa, mesmo entre os sectores mais à direita.⁶⁷ É certo que católicos e monárquicos também contestaram o discurso por considerarem que não fazia justiça aos serviços que ambos tinham prestado à Ditadura, da mesma maneira que o programa político proposto por Salazar não incorporava aspetos básicos dos programas e das ansiedades de monárquicos e de católicos. No entanto, o projeto de Salazar avançou e triunfou não sem que a solução constitucional adotada em Março de 1933 fizesse cedências a certos setores republicanos, e tidos como moderados, da Ditadura em detrimento de outras sensibilidades situadas mais à direita. Aliás, e sobretudo depois do golpe “reviralista” fracassado que teve lugar em 1931, Ditadura Militar e Estado Novo ver-se-ão sobretudo ameaçados na sua estabilidade e integridade pela direita nacionalista radical.⁶⁸

⁶⁷ Isto apesar de o próprio D. Manuel II, em Fevereiro de 1926, se ter pública e aparentemente rendido aos princípios integralistas quando chamou todos os portugueses à unidade política e se manifestou pelo regresso às suas instituições tradicionais (PROENÇA, 2006, p. 208-209)

⁶⁸ Ver a este propósito o Diário de Leal Marques, chefe de gabinete de Oliveira Salazar, que relata as dificuldades que o ministro das Finanças teve para formar o seu primeiro Governo na qualidade de presidente do Conselho indigitado. Essas dificul-

A partir do discurso feito por Salazar a 10 de Julho de 1930, o papel da “segunda geração” do Integralismo Lusitano na Ditadura Militar e no regime que nasceu com a Constituição de 1933, foi cada vez mais relevante. Theotónio Pereira, por exemplo, ajudou Salazar a redigir a versão final do novo texto constitucional, da mesma forma que tanto ele como outros sardinhistas tudo fizeram para atrair para a Ditadura e para o Estado Novo parcelas ou sectores da Liga 28 de Maio e, mais tarde, do movimento nacional-sindicalista liderado por duas das maiores figuras históricas do Integralismo: Rolão Preto e Alberto de Monsaraz.⁶⁹

Por isso, sem a fidelidade dos sardinhistas a Salazar, teria sido mais difícil à Ditadura Militar e ao Estado Novo ultrapassarem com êxito alguns dos desafios que o radicalismo de direita lhes colocou.⁷⁰ Daí se compreende, por exemplo, que os integralistas de segunda geração que colaboraram com o Estado Novo tenham tido como missão, liderados por Pedro Theotónio Pereira, já depois de aprovada a nova Constituição, dar início a uma sempre muito apregoada, mas, de facto, tímida revolução corporativa. Esta revolução que os sardinhistas julgavam inevitável para sustentar o novo regime e imprescindível para mudar a sociedade e a política portuguesas, e a qual, até finais da década de 1930, acreditaram sinceramente desejar Salazar abraçar e concretizar, serviu afinal para esvaziar o Nacional-Sindicalismo e, posteriormente, para entreter e dar emprego aos nacionalistas portuguesas que sonhavam com a transfor-

dades foram-lhe criadas por sectores da direita radical, sobretudo os jovens tenentes colocados em importantes unidades militares de Lisboa (PATRIARCA, 2006, *passim*).

⁶⁹ Sobre a acidentada e tensa relação entre Nacional-Sindicalismo e Estado Novo, PINTO (1994, p. 223 e ss).

⁷⁰ O próprio Oliveira Salazar reconheceu publicamente a importância dos integralistas da “segunda geração”. Numa entrevista dada a António Ferro caracterizou-os como “rapazes que sabem bater-se quando é preciso, que sabem vibrar, que conhecem a ginástica do entusiasmo.” Citado em Antunes (2003, p. 403).

mação de Portugal e do Estado Novo, como se uma emulação da Itália de Mussolini estivesse ao seu alcance. Embora em quase toda a década de 1930 não se pudesse adivinhar o que resultaria dessa tensão, a verdade é que entre 1934 e 1938 um sardinhista, Theotónio Pereira, deu forma e nome a uma alternativa ao poder e ao exemplo de Salazar pelo facto de ter podido mobilizar a autoridade e a legitimidade que lhe davam os homens e as mulheres que tinham construído o sistema corporativo, dele beneficiavam e nele acreditavam. No entanto, também é verdade que bastas vezes Theotónio Pereira e outros sardinhistas protegeram denodadamente Salazar e a situação de um nacionalismo radical que sobreviveu em vários setores da sociedade portuguesa até aos anos da Segunda Guerra Mundial. De qualquer modo, e como rapidamente perceberam, Salazar e o Estado Novo não só nunca se renderiam ao radicalismo da Liga 28 de Maio ou do Nacional-Sindicalismo, como, porque escudados numa Forças Armadas conservadoras, nem sequer transigiria com os projetos de um programa nacionalista relativamente moderado cuja face visível foi, entre 1933 e 1937, o sardinhista e governante Pedro Theotónio Pereira.⁷¹ Theotónio Pereira que desejava

⁷¹ Sobre as tensões entre Pedro Theotónio Pereira e Salazar por causa do pouco apoio dado por este ao projeto de corporativização daquele, MARTINS (2004, capítulos 5 e 6, passim). “Numa carta que escreveu a José Pequito Rebelo no rescaldo das eleições presidenciais de 1958 – e que era a resposta a uma outra que este lhe enviara – Pedro Theotónio Pereira sintetizou a forma como a sua experiência governativa o fizera ganhar uma outra perspetiva sobre o modo como seria possível aplicar o programa corporativo que aprendera e com que se identificara enquanto integralista e discípulo de Sardinha. Por isso, não podia deixar de comentar aquilo que lhe pareciam ser os devaneios, é certo que legítimos, de Pequito Rebelo em prol de uma futura instauração do corporativismo de feição integralista em Portugal: “Quanto à ideia corporativa e de uma mais verídica representação nacional que o parlamentarismo corrente, sou talvez a pessoa que mais lhe pode dar uma opinião sobre as dificuldades do problema em Portugal. Nenhum país ainda encontrou essa almejada solução e eu tenho na alma cicatrizes dos desapontamentos que sofri ao meter ombros à magna empresa.” Recordava ao seu interlocutor que aceitara a nova Constituição em 1933 “como base de trabalho”, uma vez que tivera a “esperança” de que, num “curto prazo”,

corporativizar o Estado e a sociedade portuguesas, contando sempre com a oposição não só daquele e desta, mas também de Salazar, cingiu-se a certa altura, sem grande êxito, à tentativa de pôr em prática um programa social de proteção às classes laboriosas inspirado no exemplo da Itália de Mussolini e nas encíclicas de Leão XIII (*Rerum Novarum*) e Pio XI (*Quadragesimo Anno*) onde, aliás, se elogiava a *Carta del Lavoro*.⁷²

O Integralismo Lusitano tem sido considerado um dos elementos político-ideológicos decisivos na formação do Estado Novo português.⁷³ É curioso que tal conclusão tenha sido tirada e pouco discutida quando nenhum dos seus líderes históricos colaborou com o regime de Salazar, ou contribuiu para a sua formação. Mas também quando quase todos eles se opuseram resolutamente a um regime que supostamente teriam formatado ideológica e politicamente (QUINTAS, 2000 e QUINTAS 2002). É verdade que até finais da década de 1930, a Ditadura Militar, o Estado Novo e Salazar contaram com o contributo de muitos antigos integralistas, sobretudo sardinhistas, e que entre estes Marcello Caetano

seria possível “substituir as fórmulas da democracia parlamentar pelos órgãos e funções duma nova democracia mais legitimamente representativa.” Fora por isso que aceitara ser o “primeiro” subsecretário de Estado das Corporações, e embora houvesse na altura muita gente que “falasse em Corporações sob o aspeto abstrato”, cedo percebeu quão difícil seria encontrar quem quer que fosse que estivesse disposto a “ocupar-se do problema com realismo e aplicação imediata.” Não admira, portanto, que ao fim de três anos se convencesse que o seu “esforço era pelo menos prematuro.” E confidenciava, referindo-se implicitamente ao papel de Oliveira Salazar em todo o processo: “Encontrei-me na situação dum comandante da vanguarda dum exército que constantemente se sentia desligada, cortada, ou atraçoada pela grande massa que ficava sempre para trás sem se querer mover. Foi esse o motivo da minha demissão.” (MARTINS, 2004, p. 898-900).

⁷² A mais importante e mais simbólica peça do corporativismo português foi o Estatuto do Trabalho Nacional (Decreto-Lei n.º 23 048 de 23 de Setembro de 1933). Publicou-se no *Diário do Governo* quatro meses depois da publicação da encíclica *Quadragesimo Anno* (Pio XI) – que expressamente elogiava o corporativismo fascista – e quatro anos após a promulgação da *Carta del Lavoro* em Itália (MARTINS, 2004, p. 434, nota 257).

⁷³ Entre outros, MARTINS (1998, p. 13-28) e CRUZ (1986b, p. 13-74).

e Theotónio Pereira tiveram um papel com uma importância crescente na história política portuguesa a partir de finais da década de 1920. Não admira, pois, que com a tomada de posse do I Governo do Estado Novo, em Abril de 1933, a importância do Integralismo Lusitano no seio do novo regime parecesse ser grande, uma vez que iria caber a Pedro Theotónio Pereira a tarefa de executar um programa “integralista” através da corporativização do Estado e da sociedade. No entanto, o papel mais político mais relevante do jovem subsecretário de Estado acabaria por ser o esforço bem-sucedido, e em que não esteve só, de integração no regime dos integralistas entretanto rendidos ao Nacional-Sindicalismo e posteriormente a liquidação do mesmo Nacional-Sindicalismo, esvaziando, por isso, política e ideologicamente o Integralismo Lusitano e aquilo que dele restava no quotidiano da ação política.

Executada essa missão com êxito, aquilo a que se assistirá até à década de 1950, quando a questão da corporativização da sociedade e do Estado morrem por si, é ao crescimento dos obstáculos no regime, no Governo e na sociedade àquilo que seria a concretização de um projeto integralista no seio do regime liderado por Salazar e nele personificado. Ou seja, aquilo que para os sardinhistas pudesse haver de integralista nunca foi mais do que parcialmente assimilado, de facto, pelo Estado Novo, sendo óbvio que os integralistas que colaboraram com o mesmo Estado Novo foram muito mais permeáveis àquilo que este foi política e ideologicamente, do que o Estado Novo seria permeável às ideias e aos objetivos políticos dos integralistas. Por outro lado, os integralistas de “segunda geração” não eram nem nunca tinham sido ortodoxos: eram sardinhistas. Isto é, tinham vivido a experiência do Integralismo entre 1920-21 e 1925 sob influência política de António Sardinha o que, como vimos, se foi afastando cada vez mais daquilo que era matriz política e doutrinária dos restantes membros da Junta Central. O Integralismo

que os sardinhistas levaram para a Ditadura Militar e, mais tarde, para o Estado Novo, era um Integralismo heterodoxo e corrompido, nomeadamente pelo catolicismo orgânico, autoritário e nacionalista do Centro Académico da Democracia Cristã, no qual, depois da implantação da República, Oliveira Salazar nasceu para a política e se manteve até à segunda metade da década de 1920.

Mas mais importante, e ainda que tenha tido algo de ideológico, a verdade é que o Estado Novo foi um projeto de poder e de governação no qual o Integralismo Lusitano, mesmo o dos sardinhistas, apenas podia desempenhar um papel muito recuado. Relevantes, isso sim, foram individualmente vários homens da “segunda geração” integralista. Nessa qualidade influenciaram a governação, moldaram a prática política do regime e produziram alguns dos textos estruturantes mais importantes na história do regime. Mas mesmo aí a sua influência ideológica foi limitada. Isto apesar de Marcello Caetano ter sucedido a Salazar em Setembro de 1968, e de Pedro Theotónio Pereira poder ter tido o mesmo destino não tivesse ele sido traído por uma doença que o incapacitou desde finais de 1963.⁷⁴

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J. Freire. *Os espanhóis e Portugal*. Lisboa: Oficina do Livro, 2003.

CAETANO, M. *Minhas Memórias de Salazar*. 3. ed. Lisboa: Verbo, 1977.

⁷⁴ No decurso da crise política que, em Setembro de 1968, se sucedeu à incapacitação de Oliveira Salazar, o presidente da República, Américo Thomaz, que tinha a competência constitucional para escolher um substituto ou um sucessor do presidente do Conselho, não deixou de pensar, como testemunhou nas suas Memórias, que “muito possivelmente em Setembro de 1968,” Theotónio Pereira era “a personalidade mais indicada para suceder ao doutor Salazar, se a sua saúde o tivesse permitido” (THOMAZ, s.d., p. 262).

CAVALHEIRO, Rodrigues (seleção e prefácio). *António Sardinha*, s.e. Lisboa: Panorama – S. N. I., 1959.

CRUZ, Guilherme Braga da. *A Revista de Legislação e de Jurisprudência: Esboço da Sua História. Publicação Comemorativa do Centenário da Revista (1868-1968)*. Coimbra: s.e., 1975. v. I.

_____. *A Revolução Nacional de 1926: da Ditadura Militar à Formação do Estado Novo. Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1986a. p. 75-100.

_____. *O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo*. In: *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1986b. p. 13-74.

DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. *António Sardinha (1887-1925): um intelectual no século*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

FERRÃO, Carlos. *O Integralismo e a República (Autópsia de um mito)*. Lisboa: Inquérito, s.d. v. 2 e 3.

FERREIRA, A. Jacinto. *Integralismo Lusitano: uma doutrina política de ideias novas*. Lisboa: Cultura Monárquica, 1991.

FERREIRA, David. *Integralismo Lusitano*. In: *Dicionário de História de Portugal, Fiança – Lisboa*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, p. 332-336. V. III.

LOPES, António Francisco Figueiredo Cordeiro. *O pensamento e a Ação de João Ameal: um percurso antimoderno, entre o Integralismo e o Salazarismo (1917-1934)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

MANN, Michael. *Fascists*. Cambridge University Press, 2004.

MARTINS, Fernando Manuel Santos. *Pedro Theotónio Pereira: uma biografia (1902-1972)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Évora, 2004.

MARTINS, Hermínio. *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*. Imprensa de Ciências Sociais, 1998.

MAZOWER, Mark. *Dark Continent: Europe's Twentieth Century*. Penguin Books, 1999.

MELLO, Maria Teresa de Souza Botelho e. *Memórias da Condessa de Mangualde*: Incurções Monárquicas, 1910-1920 (prefácio de Vasco Pulido Valente). 3. ed. Lisboa: Quetzal, 2002.

MÓNICA, Maria Filomena. O senhor Ávila e os conferencistas do Casino. In: *Análise Social*, n. 157, p. 1013-1030, 2001.

PATRIARCA, Fátima. *Diário de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar*. In: *Análise Social*, v. XLI (178), p. 169-222, 2006.

PEREIRA, Pedro Theotónio. *Memórias*: postos em que servi e algumas recordações pessoais. 2. ed. Lisboa: Verbo, 1972. vol. I.

PERES, D. *História de Portugal*. Porto: Portucalense, 1954. (Ed. Monumental. Comemorativa do 8º. Centenário da Fund. Nacionalidade. Suplemento, s.e.).

PINTO, António Costa. A Direita Radical e a Ditadura Militar: A Liga Nacional 28 de Maio (1928-1933). In: PEREIRA, Eduardo de Sousa; OPELLO, Walter C. (ed.). *Conflitos e Mudanças em Portugal: 1974-1984*. Lisboa: Teorema, 1985. p. 23-39.

_____. Portugal contemporâneo: uma introdução. In: PINTO, António Costa (coord.). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2005. p. 11-50.

PROENÇA, Maria Cândida. *D. Manuel II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

QUINTAS, José Manuel. *Filhos de Ramires*: as origens do Integralismo Lusitano. Lisboa: Editorial Nova Ática, s.d.

_____. *Integralismo Lusitano*: uma síntese [em linha]. Lisboa: Unica Semper Avis, 7 de Abril de 2000 [consulta em 02.03.2016]. Disponível em: <<http://amt.no.sapo.pt/novaversao/opiniaio/opio12.htm>>.

_____. O Integralismo face à institucionalização do Estado Novo: Contra a 'Salazarquia'. In: *História*, Ano XXIV (III série), n. 44, p. 34-41, Abril, 2002.

RAMOS, Rui. A Segunda Fundação (1890-1926). In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. v. 6.

_____. *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*. Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

RAMOS, Rui. Foi a Primeira República um regime liberal? In: BAIÔA, Manuel (ed.). *Elites e Poder: a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS-UE, 2004. p. 185-246.

RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José Luis. *La extrema derecha española en el siglo XX*. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

SARDICA, José Miguel. *Duque de Ávila e Bolama: Biografia*. Lisboa: Assembleia da República – Publ. D. Quixote, 2005.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano. In: Separata da Revista *Bracara Augusta*, v. XXXVI, n. 81-82, p. 11-12, Janeiro-Dezembro, 1982.

STONE, Norman. *La Europa Transformada. 1878-1919*. Madrid: Siglo XXI ed., s.d.

THOMAZ, Américo. *Últimas Décadas de Portugal*. Lisboa: Fernando Pereira Editor, s.d. 4.^o vol.

VALENTE, Vasco Pulido. Revoluções: A “República Velha” (ensaio de interpretação política). In: *Análise Social*, v. XXVII (115), (1.^o), p. 7-63, 1992.

WHEELER, Douglas. *História Política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d.

_____. *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988.

WINOCK, Michel. L'Action française in Michel Winock (dir.). *Histoire de l'extrême droite en France*. 2. ed. Paris: Éditions du Seuil, 1994. p. 125-156.